



# DIREITO CIVIL



**Estratégia**  
OAB

# SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

## DIREITO CIVIL

### PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Carlos, empresário do ramo de informática, ajuizou ação de indenização por danos materiais em face da empresa Alfa Comércio Ltda., narrando que, em 15 de março de 2023, adquiriu um lote de cinquenta notebooks destinados à revenda em sua loja. Segundo o autor, em menos de três meses após a entrega, diversos equipamentos apresentaram falhas graves e irreparáveis, inviabilizando a comercialização dos produtos e ocasionando significativo prejuízo econômico.

O autor afirmou que buscou solucionar o problema diretamente com a ré, apresentando reclamações administrativas e solicitando substituição dos bens defeituosos ou restituição dos valores pagos, mas não obteve êxito. Em razão disso, propôs ação de indenização contra a empresa, distribuída ao juízo de direito da 4ª Vara Cível de Salvador, registrada sob o nº 1234567, requerendo a condenação da empresa à restituição integral do valor desembolsado na compra, no montante de R\$ 150.000,00, bem como ao ressarcimento de despesas adicionais suportadas com tentativas frustradas de conserto, comprovadas por meio de notas fiscais juntadas aos autos.

Regularmente citada, a ré apresentou contestação sustentando, em preliminar, a ausência de interesse de agir do autor, sob o argumento de que este não teria utilizado os canais de assistência técnica autorizada previstos no contrato. No mérito, alegou que os defeitos decorreram do uso inadequado dos equipamentos, imputando ao autor a responsabilidade pelos vícios constatados. Subsidiariamente, defendeu que eventual indenização deveria se restringir ao valor dos notebooks individualmente comprovados como defeituosos, não sendo cabível a restituição integral.

Após a fase instrutória, o juiz indeferiu o pedido de oitiva de testemunhas, porém autorizou a produção de provas documentais e periciais, que constaram os defeitos nos aparelhos. Após sobreveio sentença, publicada no dia 03/10/2023, uma segunda-feira, que julgou improcedentes os pedidos iniciais, sob o fundamento de que “não restaram comprovados os requisitos da responsabilidade civil, inexistindo dano indenizável”. A decisão, todavia, limitou-se a essa fundamentação genérica, sem apreciar a necessidade de oitiva das testemunhas que presenciaram a falha nos equipamentos, tampouco os documentos apresentados pelo autor e o laudo técnico particular que atestava a existência de vícios de fabricação nos equipamentos adquiridos.

Inconformado, Carlos procura você, advogado(a), para interposição do recurso cabível, com vistas à reforma da sentença.

Questão: Na qualidade de advogado(a) de Carlos, elabore a peça processual adequada, observando o prazo legal e os fundamentos jurídicos pertinentes, datando a peça no último dia do prazo. (Valor: 5,00)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

## QUESTÃO 01

Sofia e André foram casados por 10 anos e tiveram um filho, José, atualmente com 6 anos de idade. Após a separação do casal, a criança passou a residir com a mãe em cidade diferente da do pai.

Considerando que não há mais possibilidade de reconciliação, Sofia, por intermédio de seu advogado, pretende ajuizar ação de divórcio cumulada com o pedido de guarda do filho.

**Diante do exposto, responda fundamentadamente:**

- A) De acordo com o Código Civil, é possível a fixação da guarda compartilhada mesmo quando os pais residem em cidades diferentes? Justifique. (Valor: 0,65)**
- B) Em relação ao foro competente para a propositura da ação cumulada de divórcio e guarda, indique qual deve ser escolhido? (Valor: 0,60)**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 02**

Carlos é titular de direito real de uma laje, correspondente à parte superior de uma edificação urbana. Recentemente, tomou conhecimento de que uma empresa de internet está negociando diretamente com o proprietário da construção-base para instalar cabamentos de fibra ótica e outros equipamentos de infraestrutura no subsolo do edifício. A instalação não interfere no direito real de Carlos nem prejudica o uso do bem.

Diante disso, Carlos consultou você, como advogado(a), buscando orientação sobre a legalidade da instalação e eventual direito a compensação.

**Diante do exposto, responda às indagações a seguir:**

**A) Com base no direito real de laje, Carlos poderia impedir a instalação dos cabos de fibra ótica no subsolo da construção-base? Explique e fundamente. (Valor: 0,65)**

**B) Caso Carlos deseje propor ação judicial para discutir eventual compensação financeira ou questionar o uso do subsolo, qual é o prazo prescricional aplicável para o ajuizamento da demanda? (Valor: 0,60)**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 03**

Beatriz nasceu duzentos e cinquenta dias após a morte de seu pai, Bernardo, com quem sua mãe, Gabriela, era casada há 2 anos. Quando Gabriela foi registrar a filha no cartório de registro civil, Leonardo, irmão de Bernardo, afirmou que não aceitaria o registro de Beatriz como filha de Bernardo a menos que fosse comprovada a paternidade por meio de exame de DNA.

Gabriela, insegura sobre a necessidade de realizar o exame, consultou você, como advogado(a), buscando orientação sobre a possibilidade de registrar a filha sem necessidade de comprovação genética, bem como sobre quais medidas cabíveis poderiam ser adotadas caso o registro fosse questionado judicialmente por terceiros.

**Considerando essa situação, responda:**

**A) Gabriela precisa realizar exame de DNA para registrar Beatriz como filha de Bernardo? Explique e fundamente. (Valor: 0,65)**

**B) Em relação a uma possível ação de alimentos, como deve ser processada a execução dos alimentos provisórios ou dos alimentos fixados em sentença ainda não transitada em julgado? Explique e fundamente. (Valor: 0,60)**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 04**

Durante a organização de uma viagem previamente contratada com a sociedade empresária VoaMais, Joana não conseguiu embarcar, pois seu bilhete aéreo foi cancelado em cima da hora.

Em razão disso, ela ajuizou ação indenizatória por danos materiais e morais contra a empresa, sendo a sentença procedente e concedida tutela provisória na própria sentença, condenando a ré ao pagamento de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Inconformada, a ré interpôs apelação.

Diante disso, Joana procura você, na qualidade de advogado(a), buscando receber imediatamente o valor da condenação, independentemente do julgamento da apelação.

**Sobre o caso, responda aos itens a seguir:**

**A) Considerando que a tutela provisória foi concedida na sentença, é juridicamente possível que Joana receba o valor da condenação antes do julgamento da apelação interposta pela ré? Justifique sua resposta. (Valor: 0,65)**

**B) Qual o procedimento adequado para Joana iniciar o cumprimento da sentença e levantar o valor da condenação antes do trânsito em julgado, considerando a existência de apelação interposta pela ré?**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

